

## EVOLUCAO DA CONCEPCAO DE NATUREZA E RELAÇÃO HOMEM/MEIO: ANALISE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMERICA LATINA

Aramian, C. Budakian<sup>1</sup>  
Moura, M. Felix<sup>2</sup>  
Silva, L. Goulart<sup>3</sup>

### Resumo

O estabelecimento de Unidades de conservação é hoje um recurso usual quando se busca a proteção de ambientes naturais tidos como possuidores de grandes valores ecológicos. Esta, porém, não é uma prática recente. Tratando-se de América Latina, o primeiro parque nacional foi criado no México, em 1894. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo compreender as formas históricas de manejo de unidades de conservação no contexto latino americano, percebendo, através da análise de suas diferentes tipologias a evolução da concepção de natureza. O manejo também permite delinear as diferentes formas do homem perceber e se relacionar com a natureza, seja este relacionamento de forma direta ou indireta. “[...] o planeta e a comunidade humana se confundem num todo único. A presença do homem é um fato em toda a face da Terra, e a ocupação que não se materializa é, todavia, politicamente existente.” (SANTOS, 2008, p. 99). Sendo assim, as distintas formas de “ocupação política” mediatizada pelo contexto das unidades de conservação são também um foco deste trabalho. Para tanto, lança-se mão das noções de preservacionismo e conservacionismo bem como daquelas relacionadas à relação homem natureza (num contexto de áreas protegidas), focando no manejo como a principal destas.

**Palavras chave:** paradigma da natureza; unidades de conservação; América Latina

---

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – Brasil. E-mail: clarissearamian@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – Brasil. E-mail: milfelix@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – Brasil. E-mail: livia\_goulart@hotmail.com

## **Introdução**

A criação de áreas protegidas, demarcadas e delimitadas territorialmente com o intuito de preservar e conservar a biodiversidade, bem como promover os recursos e cultura ali encontrados, remete a uma estratégia de controle territorial, através do estabelecimento de normas e dinâmicas impostas no uso e ocupação. Essa área singular, por pesar uma gama de fatores que serão discutidos posteriormente, tem sido criada a partir da metade do século XIX, com diferentes tipologias, categorias e desdobramentos (traduzindo – uma mudança de paradigma onde a natureza passa de simples objeto constituinte do ambiente natural e com fins contemplativos e se torna um elemento integrante e dinâmico dos processos sócio-espaciais), que respondem pelo nível de controle, integração, manejo e ações.

Assim, procuraremos traçar, tal mudança de paradigma da natureza, calcada nas diferentes concepções da relação homem/meio, através da evolução das tipologias e categorias de Unidades de Conservação na América Latina. As distintas áreas protegidas, com manejo e ações singulares, refletem as políticas de conservação cristalizadas nos espaços latino-americanos em forma de UCs, resultado das discussões e do novo papel adquirido pelo ambiente a partir dos últimos 40 anos.

## **Gênese da criação de áreas protegidas e mundialização dos parques nacionais**

As áreas naturais protegidas - o termo proteção aqui cabe a todos os significados e formas distintas de proteção - compõem um veículo de conservação governamental, bem como explicitam concepção específica da relação homem/natureza. A criação legal de parques e reservas desabitados foi iniciada nos Estados Unidos, em meados do século XIX, com o Parque Nacional de Yellowstone (1872), materializando o objetivo de preservação de espaços com atributos ecológicos significativos, protegendo a suposta “vida selvagem” ameaçada pela sociedade urbano-industrial-tecnocrata. O estabelecimento de tal área refletia a influência de idéias preservacionistas que pregavam a manutenção de “[...] remanescentes intocados para contemplação e como testemunhos para gerações futuras, estabelecendo o distanciamento entre o homem e esses refúgios de vida silvestre protegidas do uso indireto.” (JÚNIOR, COUTINHO, FREITAS, 2009, pág.32).

Contudo, necessita-se enquadrar de forma criteriosa o cenário econômico e científico americano que induziu e corroborou a elaboração de áreas protegidas na forma de parques nacionais. O crescimento econômico acelerado (expansão ferroviária e fronteira do Oeste), através da consolidação do capitalismo e a urbanização crescente e expressiva, inflavam discussões acirradas que propunham a existência de ilhas naturais, em seu puro estado primitivo, devidamente afastado dos homens onde fosse permitido reverenciar e admirar o “selvagem”. Local de fuga paradisíaco, representando o neomito, através de uma concepção homem/natureza muito própria e específica, influenciada pelo naturalismo reativo (Moscovici, 1974 apud Diegues, 1996, pág.13). O significado da natureza para àquela sociedade foi um fator condicionante para o tipo de modelo elaborado para ser instaurado.

Entretanto, mais do que a criação de um espaço, uma unidade física por si, existem conceituações de conservação que auxiliaram e culminaram na reprodução concreta da teorização do ambiente natural. O embate entre as correntes conservacionistas e preservacionistas tanto nos Estados Unidos quanto fora dos mesmos, expressavam teorias divergentes acerca da conservação dos recursos e trato para com o meio natural. O maior expoente da corrente conservacionista, Gifford Pinchot, acreditava no uso racional dos recursos para promover sua conservação, através de idéias consideradas precursoras do “desenvolvimento sustentável”: uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefícios da maioria dos cidadãos. (Diegues, 1996). O preservacionismo, de forma antagônica, visava à manutenção de áreas selvagens com expressiva beleza cênica para fins contemplativos e espirituais, devidamente afastadas da sociedade urbana-industrial. John Muir, teórico emblemático da corrente citada, fortemente influenciado pelo naturalismo, terminou por divulgar tal corrente, amplamente utilizada na forma de áreas desabitadas que detivessem grande apreciação estética, forjando um mundo natural selvagem, intocado e intocável.

A criação da primeira área legal de proteção ambiental, proporcionou que o modelo instaurado nos Estados Unidos fosse transportado e implementado, materializado em parques e reservas à sua semelhança, em outras nações, o que representa a instauração em outras áreas com distintas situações ecológicas, culturais e sociais que terminaram por recriar a dicotomia entre “homens” e “parques”.

Diversos parques foram criados nos anos posteriores: Canadá, 1885; Nova Zelândia, 1894; Austrália, África do Sul e México, 1898; Argentina, 1903; Suécia 1909; Suíça, 1914; Rússia, 1916, Chile, 1926; Equador, 1934; Brasil e Venezuela, 1937. As intencionalidades dos parques destacados acima não eram apenas a proteção de significativa extensão de áreas dotadas de belezas cênicas admiráveis, porém visavam à preservação da biodiversidade local e estudos para fins científicos.

Persiste a idéia de uma natureza resguardada do homem, porém, agora, esta passa a representar também um papel de objeto de pesquisas, o que terminou por cercear a presença humana, sendo permitida estritamente em situações particulares. Por conseguinte, as populações locais que ocupavam anteriormente as áreas onde os parques foram implantados, foram removidas, gerando incongruências e conflitos entre tais povos tradicionais. Tal modelo se alicerça em estratégias de gestão que restringem e controlam o uso do espaço pela população em seu perímetro de forma compulsória, promovendo críticas e reflexões sobre as práticas de proteção a serem adotadas e o modelo mais adequado a ser desenvolvido à situação cultural e econômica de tais sociedades e países.

Os países em desenvolvimento, considerados de terceiro mundo, possuíam/possuem grandes contingentes naturais, representados por diferentes biomas, habitados por populações tradicionais detentoras de uma cultura calcada em mitos particulares e de relações com o mundo natural baseado em variedades de modos de vida. Desta forma, percebe-se que as diferentes culturas, encontradas nos países, cada qual com sua realidade particular, foram forçadas a se adaptar a um modelo desenvolvido para atender a realidade (econômica-social-cultural) norte-americana que, uma vez moldada e exportada, forçou o desalojamento e remoção de povos locais.

### **A tradição e novos paradigmas**

O homem, durante toda a sua história, pensou e repensou a natureza e sua relação com ela, de acordo com as características sociais e naturais de diferentes períodos históricos. Destacamos aqui, os pensamentos que levaram à instituição de áreas específicas para a manutenção de ambientes naturais – a princípio inalterados – chamadas áreas protegidas. Desta forma, segundo Porto-Gonçaves (2006), a partir do séc. XVIII, com o desenvolvimento do método científico, o homem sente-se autorizado

a dominar a natureza, pois a conhecia através da aplicação deste método. Para integrá-la num mundo cientificista, foi preciso dessacralizá-la e a natureza torna-se aí um objeto. É nesse contexto, que desenvolveu-se a noção da *wilderness* – trechos da natureza, com fins de contemplação, lazer, e até mesmo fuga do cotidiano urbano.

Aproximadamente 100 anos depois da instituição do primeiro Parque Nacional dentro dos modelos conhecidos (Yellowstone, EUA, 1872) a visão que o homem possuía da natureza começava a ser alterada. Conforme nos fala Diegues (1996), “Os anos 60, portanto, marcaram o aparecimento de um novo ecologismo em contraposição à antiga “proteção da natureza”, cujas instituições provinham do séc. XIX.” (p. 39) Porto-Gonçalves (2006) faz coro a essa afirmação, e trata os últimos 30/40 anos como o “terceiro movimento da globalização”, onde a natureza toma posto de destaque. Segundo este autor, é nesta época que o ambiente entra nas agendas políticas e de comunicação, num sentido da necessidade de sua preservação, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, seus processos de degradação aumentam.

A nível internacional, grupos de debates foram criados com fins de discutir e resolver sobre a questão ambiental percebida como em processo de desequilíbrio, em função dos modelos de desenvolvimento econômico vigentes. Bom exemplo destes grupos de debate é o Clube de Roma, uma entidade formada por empresários e intelectuais que buscavam discutir a preservação dos recursos naturais do planeta. Este grupo foi o responsável pelas primeiras publicações científicas nesse sentido, citando como exemplo “Os limites do crescimento” (1972). Esta obra, inclusive, é considerada como propulsora dos debates sobre meio ambiente a nível mundial, tendo como ponto culminante a realização neste mesmo ano da Conferência de Estocolmo. Ainda no ano de 1972, mais especificamente no mês de dezembro, foi estabelecida em Assembléia Geral da ONU a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Assim o meio ambiente (revisitado, e percebido através de uma nova leitura) entra definitivamente em pauta dos debates e em todas as suas nuances (naturais, políticas e econômicas). Ainda em referência às relevantes contribuições dessa época para as mudanças na então visão de natureza, válido é citar o produto da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU do ano de 1987. Nesta reunião foi elaborado um documento intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), ou Relatório Brundtland, como ficou conhecido. Dentre as diversas

contribuições deste documento, ele é amplamente conhecido por definir, pela primeira vez o então novo conceito de desenvolvimento sustentável, que passa a partir daí a nortear a grande maioria das práticas que visam o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. A ONU passa a ser fórum primordial dos debates sobre o meio ambiente, promovendo diversas conferências e desenvolvendo importantes mecanismos norteadores das convenções e tratados ambientais.

Citando dentre estes fóruns, aqueles relevantes para a política de áreas protegidas, é possível destacar o Congresso Internacional de Áreas Protegidas, realizado de 10 em 10 anos desde 1962 por iniciativa da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) como o de maior relevância. A iniciativa deste mesmo órgão para categorização de áreas de proteção é referência global e também deste trabalho. O programa Homem e a Biosfera (MaB) da Unesco também merece destaque, ao compor uma rede mundial de áreas onde a conservação é um dos objetivos primordiais. Além destes, outro fruto das discussões internacionais é a CDB (Convenção da Diversidade Biológica), assinada por diversos países durante a Rio-92, que traz significativos avanços referentes à democratização ambiental, como a repartição dos benefícios e malefícios da conservação.

No contexto desse processo de transição ideológica, ou de percepção, podemos destacar Junior (et al.), quando diz que *“a partir do séc. XX, a criação de áreas protegidas tem sido um modo como as sociedades reagem frente aos problemas ambientais. Porém, a delimitação de territórios com ações concretas de gestão não é recente, tendo assumido formas diversas de acordo com a situação cultural das sociedades.”* (2009, p. 31) A idéia de que as condições sociais e ambientais de cada região devem ser levadas em consideração quando da determinação de áreas protegidas é hoje amplamente divulgada, porém ainda timidamente aplicada.

As mudanças pelas quais a visão de natureza passou nos últimos anos é bem sistematizada por Medeiros, quando este diz que *“ – até o século XIX a idéia de controle do espaço tinha conotação gerencial (...); – do final do século XIX até a segunda metade do século XX a ideologia central era a de preservação da paisagem como patrimônio coletivo e testemunho de uma natureza selvagem. (...); – a partir da segunda metade do século XX a idéia central passa ser a de proteger para resguardar*

*para as gerações futuras (...) sobrepondo-se a essa idéia q questão da biodiversidade no século XXI.” (apud. JUNIOR et al., 2009)*

Dessa maneira, a definição das formas de gestão de áreas protegidas nos últimos anos vem marcando esse processo de desgaste do paradigma cientificista de natureza objeto e subjugada. A dissociação homem e natureza vem sendo superada a partir do desenvolvimento de novas categorias de unidades de conservação, de novos mecanismos de gestão que consideram esta relação e a incorporam no cotidiano dessas áreas. O manejo de ambientes naturais que prevê a existência de comunidades humanas, e mais, que consideram essas comunidades como parte do ecossistema, tal qual uma dimensão humana da biodiversidade, vem sendo cada vez mais priorizado. São indícios da superação do antigo paradigma da natureza.

### **Definições e o contexto da América Latina**

Sob o foco do contexto de áreas protegidas não é possível realizar uma análise sobre os tipos de unidades de conservação se for suscitado os mais de 140 nomenclaturas diferentes para áreas protegidas de maneira global. Afim de desenvolver e fomentar a implementação de normas baseadas no paradigma da conservação, a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) criou, de maneira conjunta e participativa, categorias de áreas protegidas que permitam uma melhor delimitação dos objetivos de cada área protegida criada, promovendo uma melhor gestão segundo as necessidades locais. O sistema de categorias da IUCN propõe uma linguagem comum sobre áreas protegidas não somente na América Latina, como também globalmente, em prol da orientação no planejamento e gestão de áreas protegidas.

As categorias de áreas protegidas da IUCN se subdividem segundo o tipo de relação homem/natureza pretendido, levando-se em conta o tipo de manejo empregado ao território em questão. A definição de área protegida preconizada pela IUCN como: *An area of land and/or sea especially dedicated to the protection and maintenance of biological diversity, and of natural and associated cultural resources, and managed through legal or other effective means.*(IUCN,2007,p.22) traz à análise aspectos de manutenção da diversidade, recursos culturais associados e a gestão que compõem o espaço de uma área protegida. A distinção de uma categoria para a outra resume-se que maneira majoritária à valorização em grau diferenciada dos aspectos citados. Os

objetivos e a gestão da área protegida estão intimamente relacionados com a feição selecionada como prioritária. De maneira prática podemos citar dentro das categorias da IUCN que “proteção da vida selvagem” é um dos principais objetivos da categoria Ib e “preservação de espécies e diversidade genética” é um objetivo secundário. Da mesma forma, “Manutenção dos atributos tradicionais / culturais” é objetivo principal na categoria V e “preservação da espécies e diversidade genética” é um objetivo secundário (IUCN,2007). Apesar dessa questão menciona-se que a conservação da biodiversidade (preservação da natureza selvagem) é prioridade comum a todas as categorias de áreas protegidas, sendo válido assim uma conjugação de interpretações.

Com relação ao sistema de áreas protegidas, outro aspecto diferenciador condiz com o tipo de governança: Estatal, participativa (Estado-sociedade), privada ou comunitária. Contudo, antes de prosseguir é necessário expor os modelos de áreas protegidas preconizados pela IUCN. Em destaque as seis categorias de áreas protegidas:

- I - Protecção integral: Ia Reserva Natural Estrita/ Ib Área Natural Florestal;
- II - Conservação de ecossistemas e turismo: Parque Nacional;
- III - Conservação das características naturais: Monumento Natural;
- IV - Conservação através de gestão activa: Área de gestão de habitat/espécies;
- V - Conservação de paisagens terrestres e marítimas e de recreio: Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas;
- VI - Utilização sustentável dos ecossistemas naturais: Área Protegida com Gestão de Recursos.

Segundo a IUCN, as seis categorias criadas constituem a linguagem comum às centenas de áreas protegidas já existentes. Com a finalidade de promover o desenvolvimento/melhoramento do modelo geral de preservação da biodiversidade natural/cultural em áreas protegidas, as seis categorias são definidas:

<b>CATEGORIA</b>	<b>NOME</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
Ia	Reserva Natural Estricta: área protegida principalmente para fins científicos	Área de terra e/ou mar que possui representantes de ecossistemas geológicos ou fisiológicos com qualidades e/ou espécies excepcionais, disponível primariamente para investigação científica ou monitorização ambiental.
Ib	Área Silvestre: zona protegida destinada à proteção de áreas silvestres	Grandes áreas de terra e/ou mar ou terras ligeiramente modificadas que mantêm o seu caráter e a sua influência sem qualquer tipo de invasão significativa ou permanente, protegidas e conservadas para preservar a sua condição natural
II	Parque Nacional: área protegida destinada principalmente à proteção de ecossistemas e para fins recreativos	Áreas naturais de terra e/ou mar que têm como prioridade a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras, b) excluir a exploração e a ocupação adversa para os propósitos de designação da área c) criar um espaço vocacionado para o desenvolvimento de atividades espirituais, científicas, educacionais e recreativas por parte dos seus visitantes, em todas as áreas compatíveis com o meio ambiente e com a cultura.
III	Monumento Natural: área protegida vocacionada principalmente para a conservação de qualidades naturais específicas de uma região	Área que contém uma ou mais qualidades específicas naturais e/ou culturais de características excepcionais e únicas, pela sua raridade inerente e pelas suas qualidades estéticas e significado cultural.
IV	Área de Gestão de habitats / espécies: área protegida utilizada principalmente para a conservação através da manipulação de habitats	Área de terra e/ou mar sujeita à intervenção ativa com o fim de assegurar a manutenção dos habitats e/ou para preencher as necessidades de espécies específicas
V	Paisagem terrestre / marinha protegida: área protegida utilizada principalmente para a conservação de paisagens terrestres / marinhas e para fins recreativos	Área de terra, com costa ou mar apropriados, onde a interação entre o homem e a natureza deu lugar com o tempo a uma área de caráter diferenciado com valores estéticos, ecológicos e/ou culturais, frequentemente com uma grande diversidade biológica. Salvaguardar a integridade desta interação tradicional é vital para a proteção, manutenção e

CATEGORIA	NOME	DEFINIÇÃO
		evolução destas áreas.
VI	Área Protegida para utilização de recursos: área protegida destinada principalmente à utilização sustentável de ecossistemas naturais	Área que contém principalmente sistemas naturais que não foram modificados, manipulados para assegurar a proteção a longo prazo e a manutenção da diversidade biológica, preservando ao mesmo tempo o fluxo de produtos naturais e de serviços que servem às necessidades das comunidades

FONTE: IUCN,1994

As categorias são separadas conforme combinações de interesses e características específicas. Dentre as principais, têm-se os diferentes tipos de manejo, que são determinados à partir do tipo de gestão que permite ou não a participação da sociedade. Apesar do caráter absoluto do Estado nesse tipo de território, com o paradigma da conservação a visão de paisagem intocada – categorias I, II e III - não fica absoluta. A participação da sociedade toma lugar de destaque na visão do desenvolvimento sustentável; caracterizado nas categorias IV e, sobretudo, V e VI.

**Tabela: Modalidades de governança segundo as diferentes categorias de áreas protegidas da IUCN.**

	Government-managed protected areas	Co-managed protected areas	Private protected areas	Community-Conserved Areas
Ia Strict nature reserve & Ib Wilderness area	X			
II National park	X			
III Natural monument	X		X	
IV Habitat/species management area				
V Protected landscape / seascape	X	X	X	
VI Managed resource protected area	X		X	

Fonte: IUCN.2007

Com relação à América Latina não é diferente. Região ativa no processo de construção e área de influência importante da IUCN, atua de maneira efetiva no

crescimento de área protegida proporcional aos territórios nacionais, claro que cada país ao seu tempo. Dentre os países que compõem a América Latina alguns se destacam com relação à outros da mesma região; criando leis próprias, ministérios especializados em meio ambiente e políticas amplas voltadas para o contexto de áreas protegidas. A América Latina possui características específicas recorrentes, tais como a questão indígena e povos tradicionais, que atuam junto à movimentos sociais de maneira incisiva contra o modelo de natureza intocada, que não admite a presença do homem. A forte presença de diferentes atores sociais nos conflitos decorrentes da criação de áreas protegidas impõe um manejo participativo do território, ainda mais sob a vigência do paradigma da sustentabilidade. Apesar da presença de áreas protegidas reativas ainda ser expressivo - pela idéia de preservação de recursos naturais, a preocupação da manutenção dos recursos que são limitados – verifica-se o desenvolvimento do modelo de reprodução socio-cultural consorciado a manutenção da diversidade biológica pautado na tradição.

Como foco a análise das unidades de conservação latino americanas, bem como seus tipos e suas formas de gestão, é importante cruzar as diferentes nomenclaturas de áreas protegidas com as categorias da IUCN. As áreas protegidas podem ser diferenciadas em dois grandes grupos: o que permite o aproveitamento dos recursos naturais em sua área (categorias IV, V e VI) e o que proíbe qualquer tipo de interferência a não ser de caráter de pesquisa (categorias I, II e III). Sendo assim, temos como fonte de dados para os tipos de unidades de conservação da maioria dos países latino-americanos a seguinte tabela:

**Tabela: Nomes e categorias correspondentes de gestão de áreas protegidas verificados por FAO 2003.**

REGIÓN	CENTROAMÉRICA							EL CARIBE	SUDAMÉRICA										
PAÍS	Costa Rica	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicaragua	Panamá	Cuba	República Dominicana	Argentina	Bolivia	Brasil	Colômbia	Chile	Ecuador	Paraguay	Peru	Uruguay	Venezuela
CATEGORÍA DE MANEJO DEL ANP																			
Área Boscosa Bajo Protección																			V
<b>Área de Manejo de Hábitat/Especies</b>	IV		IV						IV										
Área de Manejo Integral de Recursos Naturales																			VI
Área de Producción de Agua				VI															
Área de Protección Ambiental												V							
Área de Protección de Flora y Fauna					IV														
Área de Protección de Recursos Naturales					VI														
Área de Protección y Recuperación Ambiental																			VI
Área de Protección y Restauración																			
Área de Usos Múltiples			VI	VI			VI												
Área Natural							II												
Área Natural de Manejo Integrado										VI									
Área Natural Única												III							
Área Protegida																			
<b>Área Protegida con Recursos Manejados</b>	VI							VI	VI										
Área Recreativa							II									II			
Área Recreativa Natural			V																
Área Relevante de Interés Ecológico												III							
Área Silvestre							IV												
Biotipo Protegido			Ib																
Bosque Nacional												VI							
Bosque Protector							VI										VI		
Corredor Biológico							VI												
Coto de Caza												VI							
Elemento Natural Destacado								III											
Estación Ecológica												Ia							
Humedal	IV						IV												
Monumento Cultural			IV	IV															
Monumento Histórico y Monumento Nacional						III													
<b>Monumento Natural</b>	III	III	III	III	III		III		III	III	III			III	III	III		III	III
Paisaje Protegido							V	V											V
<b>Paisaje Terrestre y Marino Protegido</b>	V					V		V											
Parque Histórico			IV																
<b>Parque Nacional</b>	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II
Parque Nacional Marino				II															
Parque Natural Metropolitano																			
Parque Regional			V																
Refugio Biológico																IV			

**Evolução da concepção de natureza e relação homem/meio: análise de unidades de conservação na América Latina**

Aramian, C. Budakian; Moura, M. Felix; Silva, L. Goulart

REGIÓN	CENTROAMÉRICA							EL CARIBE	SUDAMÉRICA										
PAÍS	Costa Rica	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicaragua	Panamá	Cuba	República Dominicana	Argentina	Bolivia	Brasil	Colômbia	Chile	Ecuador	Paraguay	Perú	Uruguay	Venezuela
CATEGORÍA DE MANEJO DEL ANP																			
Refugio de Fauna Silvestre								IV								IV			IV
Refugio de Vida Silvestre	IV		IV	IV		IV	IV								IV	IV	IV		
Reserva Biológica	I		I	I												IV			
Reserva Científica								I											
Reserva Comunal																	VI		
Reserva de Caza																			
Reserva de la Biosfera			VI	VI	VI-I	VI						Ia							VI
Reserva de Manantiales																			
Reserva de Producción de Fauna Silvestre															IV				
Reserva de Recursos Genéticos						IV													
Reserva de Recursos Manejados																VI			
Reserva Desarrollo Sustentable												VI							
Reserva Ecológica								II											
Reserva Extractiva												VI							
Reserva Fauna Silvestre																			IV
Reserva Florística Manejada								IV											
Reserva Forestal	VI			VI			VI												VI
Reserva Hidrológica							VI												
Reserva Marina				V											V				
Reserva Nacional										VI	I			IV			VI		
Reserva Nacional Hidráulica																			VI
Reserva Natural de Inmovilización												(?)							
<b>Reserva Natural y/o Reserva Natural Estricta</b>				I		I	I	I	I			I							
Reserva Paisajística																	V		
Reserva Particular de Patrimonio Natural											II	II							
Reserva Protectora de Manantiales			VI																
Reserva Región Virgen														I					
Ruta y Vía Escénica			V																
Santuario																			
Santuario de Caza											III				III				
Santuario de Fauna y Flora													III						III
Santuario de Peces																			
Santuario Histórico																	III-V		
Santuario Naturaleza														V					
Sitio de Protección de Patrimonio Nacional																			
Vía Parque													III						
Zona Protectora	VI																		VI
Zona Protectora Hidrológica							VI												

Fuente: Informe PNUMA-Mayo 2003; ajustado Autores

Se conoce de la existencia de esta categoría, pero no su equivalente

+

Através dos dados expostos, fica claro o desdobramento da América Latina com relação às categorias de manejo que implica a relação homem/natureza, se comparado com outras regiões como a América Central, que é predominantemente categorias I, II e III. Apesar da infinidade de nomenclaturas países como Venezuela e Paraguai possuem diferentes tipos de áreas protegidas que compõem as mesmas categorias. Parque Nacional e Monumento Natural são inerentes aos países latino americanos pela tradição do modelo que foram pioneiros se tratando de áreas protegidas. Porém, a variedade de áreas de manejo sustentável também é expressiva apesar da diferenciação nominal. A

gama de nomes para as categorias de gestão participativa é evidente pela especificidade necessária ao manejo complexo desse tipo de área protegida.

### **Considerações finais**

Mecanismos como áreas protegidas são criados a partir de reflexões maiores. Começando pela crença ainda existente de que os recursos naturais perderam sua importância diante dos recursos humanos e do conhecimento; de que a tecnologia resolveria o problema da escassez de recursos naturais; Porto-Gonçalves expõe:

“A idéia que a natureza é uma fonte inesgotável de recursos não é só uma idéia que se possa substituir por outra idéia. É uma idéia que conforma as relações sociais e de poder que a conforma. Assim, não é uma idéia fora do mundo concreto de homens e mulheres nas suas relações entre si e com a natureza. Ao contrário, é uma idéia que sobrevive a seus críticos que teimam em permanecer exclusivamente no plano das idéias ignorando a relação das idéias com o mundo das relações sociais e de poder. Eis a razão de tanta crítica ao paradigma que se diz em crise e a sobrevivência das práticas informadas por esse mesmo paradigma.” Porto-Gonçalves, 2006

Coube à mudança de paradigma de preservacionismo que prega a separação homem/natureza, para o conservacionismo que incorpora o desenvolvimento sustentável, a criação de novas categorias de áreas protegidas que inovaram com relação ao tipo de manejo e gestão desse tipo de território. Graças a intensa participação dos atores sociais e relatórios denunciando o caráter finito dos recursos naturais foram desenvolvidas políticas especializadas que propõem a sustentabilidade, mitigação de impactos e uma reflexão profunda com relação ao modo como o homem vislumbra a natureza.

De maneira prática, tendo como foco a América Latina, o II Congresso Latinoamericano de Parques Nacionais e Áreas Protegidas de 2007, expõe de maneira clara a reafirmação da visão latinoamericana das áreas protegidas acordada no Congresso de Santa Marta, que considera estes territórios como “espaços estratégicos para os países, porque são indispensáveis para seu crescimento, seu desenvolvimento e para a busca de condições de vida adequadas dentro de seu território, além de constituir uma das principais opções na proteção do patrimônio natural”.(DECLARAÇÃO DE BARILOCHE, 2007, P.06). A idéia do bem estar da sociedade em primeiro lugar e a

preservação da biodiversidade biológica de maneira secundária, privilegiando determinadas categorias, contudo, sem impor o fim de outras.

Na América Latina, a política comum para áreas protegidas está sob intenso desenvolvimento. De maneira majoritária encontram-se posturas de fortalecimento e ampliação dos processos de planejamento participativo das áreas protegidas e aplicar os princípios de boa governança (transparência, equidade, prestação de contas e estratégias de manejo de conflitos) como um mecanismo que envolva ativamente os atores, gerando espaço de diálogo onde se analisem as preocupações e expectativas e se estabeleçam compromissos e responsabilidades para a ação conjunta e coordenada das instituições, comunidades locais e povos indígenas, cientistas e acadêmicos, bem como o setor privado em apoio ao manejo efetivo e participativo das áreas protegidas. (DECLARAÇÃO DE BARILOCHE, 2007, P.07)

### **Bibliografia**

- DECLARAÇÃO DE BARILOCHE. II Congresso Latinoamericano de Parque Nacionais e outras áreas protegidas: conservação, integração e bem estar para os povos da América Latina. 2007.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant`ana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- IUCN. Creating a common language for protected Areas. *IUCN paves the way for a common understanding of the world's natural gems*. Almería, Spain, 11 May, 2007
- IUCN. Defining Protected Areas. An international conference in Almeria, Spain, May 2007. Edited by Nigel Dudley and Sue Stolton
- IUCN- Sur; IUCN- Mesoamérica. Áreas Protegidas em Latinoamérica- de Caracas a Durban. Un vistazo sobre su estado 1992 - 2003 y tendencias futuras.
- UICN, 1994; Guidelines for Protected Areas Management Categories; UICN, Cambridge, Reino Unido e Gland, Suíça. 261 págs.
- JUNIOR, Evaristo de Castro; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Orgs). Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Educação, meio ambiente e globalização**. V Congresso Iberoamericano de Educación Ambiental, 2006.